

ANEXO II

Código de Conduta para peritos independentes que atuam na qualidade de avaliadores

1. A tarefa de um perito é participar na avaliação de cada proposta de uma forma confidencial, justa e equitativa, de acordo com os procedimentos descritos no presente guia e em eventuais documentos de avaliação específicos do programa. O perito envidará todos os esforços para executar esta tarefa com base nas orientações recebidas da Autoridade de Gestão/ Organismo Intermédio (AG/ OI) para esse efeito, e produzir um trabalho de qualidade elevada e constante.
2. O perito trabalha na qualidade de independente. Deve trabalhar a título pessoal e, na execução do seu trabalho, não representa qualquer organização.
3. O perito deve assinar uma Declaração de ausência de conflito de interesses e uma Declaração de Confidencialidade antes do início do trabalho, pelas quais aceita o presente Código de Conduta. Os peritos convidados que não assinem a declaração não serão autorizados a trabalhar como peritos.
4. Ao assinar essas declarações, o perito compromete-se a observar uma total confidencialidade e imparcialidade na execução das suas tarefas.
5. Caso se verifique um conflito de interesses relativamente a uma proposta, o perito deve declarar os factos à AG/OI logo que tenha disso conhecimento e especificar a natureza do conflito.
6. Além disso, o perito assina uma declaração no final do relatório de avaliação individual de cada proposta por si examinada para a AG/OI, declarando não existir qualquer conflito de interesses no que diz respeito a essa proposta específica. A AG/OI assegura que, caso a natureza de uma eventual ligação possa pôr em causa a imparcialidade do perito, este não participará na avaliação dessa proposta e, se necessário, de propostas concorrentes.
7. Os peritos não podem debater nenhuma proposta com outros, incluindo outros peritos ou funcionários AG/OI que não estejam diretamente envolvidos na avaliação da proposta, exceto durante os debates formais nas reuniões moderadas pelo funcionário responsável da AG/OI ou realizadas com o conhecimento e acordo deste.

8. Os peritos não podem comunicar com os proponentes, exceto no caso de audições de painéis entre peritos e proponentes organizadas pela AG/OI no âmbito do processo de avaliação. As propostas não podem ser alteradas na sessão de avaliação. O parecer dos peritos apresentado à AG/OI relativamente a uma proposta não pode ser por eles comunicado aos proponentes nem a nenhuma outra pessoa.
9. Os peritos não podem revelar os nomes de outros peritos que participam na avaliação.
10. Nos casos em que seja decidido enviar as propostas por correio ou via eletrónica aos peritos, que trabalharão depois nas suas próprias instalações ou noutras instalações adequadas, o perito é responsável pela manutenção da confidencialidade relativamente a quaisquer documentos ou ficheiros eletrónicos enviados e pela devolução, apagamento ou destruição de quaisquer documentos ou ficheiros confidenciais depois de concluída a avaliação, de acordo com as instruções recebidas. Nesses casos, os peritos podem procurar obter informações adicionais (por exemplo, através da Internet, de bases de dados especializadas, etc.) que lhes permitam completar o seu exame das propostas, desde que a obtenção dessas informações respeite as regras globais de confidencialidade e imparcialidade. Os peritos não podem mostrar a terceiros o teor das propostas ou informações sobre os proponentes sem a aprovação expressa escrita da AG/OI. Os peritos estão estritamente proibidos de estabelecer contacto com os proponentes.
11. Quando a avaliação é efetuada numa instalação ou edifício controlado pela AG/OI, os peritos não estão autorizados a levar para fora do edifício onde se processa a avaliação nenhuma parte das propostas, cópias ou notas, quer em papel quer em formato eletrónico. Poderá ser facultada aos peritos a possibilidade de procurar obter informações adicionais (por exemplo, através da Internet, de bases de dados especializadas, etc.) que lhes permitam completar o seu exame das propostas, mas não podem contactar terceiros sem o consentimento expresso da AG/OI que supervisiona a avaliação.
12. Os peritos devem sempre obedecer estritamente às regras definidas pela AG/OI com vista a garantir a confidencialidade do processo de avaliação e dos seus resultados. O não cumprimento destas regras poderá conduzir à exclusão do perito do processo de avaliação em curso e de futuros processos de avaliação, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao abrigo de outra regulamentação relevante.